

Requerimento de Informação nº de 2003
(da Sra. Kátia Abreu)

Solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre providências adotadas em área invadida e incendiada por sem-terra em Pernambuco e para impedir as novas invasões anunciadas pelo MST – Movimento dos Sem-Terra.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações aos Srs. Ministros do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil, no sentido de esclarecer:

- 1) Quais as providências adotadas pelo Ministério após grave incidente ocorrido em Tracunhaém, Pernambuco, quando sem-terra invadiram a sede do Engenho Prado e incendiaram e destruíram todas as construções lá existentes.
- 2) Quais as providências que estão sendo adotadas para impedir as novas invasões, anunciadas pelo MST – Movimento dos Sem-Terra, conforme noticiado pela imprensa.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal “O Globo”, de 20 de maio do corrente, publicou matéria sob o título: “MST incendeia engenho em Pernambuco”: “Armados com foices, tochas e coquetéis molotov, cerca de 300 trabalhadores sem-terra ocuparam ontem a sede do Engenho Prado, onde incendiaram a casa-sede, os escritórios, o galpão, o depósito de defensivos agrícolas, seis tratores, seis carregadeiras, além de uma retroescavadeira. Os imóveis e os veículos ficaram totalmente destruídos. A invasão foi uma ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape). A Companhia Agroindustrial de Goiana (Caig), mais conhecida como Usina Santa Tereza, da qual faz parte a área invadida, calculou em R\$ 1 milhão o prejuízo provocado pelos sem-terra. Temendo um conflito, a própria empresa pediu que seus vigilantes e policiais que já estavam na área se retirassem do engenho, segundo o chefe de Segurança

Patrimonial da Caig, Mateus Medeiros. A Santa Tereza fica em Tracunhaém, a 65 quilômetros de Recife, e pertence ao Grupo Industrial João Santos”.

“A manifestação não se limitou apenas à destruição da sede do Prado. Depois do incêndio, os sem-terra recrutados em cidades próximas ocuparam outros engenhos e impediram que cerca de 50 bóias-frias contratados pela usina continuassem o trabalho. A ação envolveu pelo menos duas mil pessoas. As duas ações marcaram o Dia Nacional de Luta Contra o Latifúndio”.

O “Jornal do Brasil”, de 20 de maio de 2003, também publicou matéria, sob o título “Sem-terra preparam ofensiva”: “O Movimento dos Sem-Terra (MST) prepara nova onda de saques no Nordeste. Os alvos são caminhões com comida. Os planos do MST foram anunciados ontem por Jaime Amorim, integrante de sua coordenação nacional, durante protesto em que foram incendiadas duas casas e destruídos 13 máquinas e tratores no Engenho Prado, em Tracunhaém, Pernambuco. Armados de foices e facões, centenas de trabalhadores atearam fogo na casa-grande do engenho, onde dormem os seguranças da fazenda. Os líderes dos sem-terra admitem ter destruído as casas e os equipamentos. “Destruímos porque a usina destrói a lavoura dos assentados. Vamos fazer novos saques. As famílias estão passando fome. Isso vai continuar enquanto o governo não distribuir alimentos. O pessoal passa fome há mais de um ano. O governo prometeu e os alimentos não chegaram - disse Amorim, que adiantou que os saques devem começar nos próximos dias por Palmares (PE)”. (...) O engenho pertence à Usina Santa Teresa, do Grupo João Santos. Mas estão também nas terras 600 famílias, em cinco acampamentos, segundo Amorim. O governo federal ainda está cadastrando famílias em todo o país para distribuir comida nos acampamentos. Segundo o MST, o Engenho Prado foi escolhido para o protesto por ser “exemplo do poderio do latifúndio”. Os sem-terra acusam os seguranças da usina de aterrorizarem os trabalhadores rurais e destruírem as roças dos posseiros. A propriedade está sendo disputada na Justiça.

Sala das Sessões, em de de

Deputada Kátia Abreu